

PORTUGAL, BRASIL E CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA: UMA RELAÇÃO TRIANGULAR NA REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES DOS EMPRESÁRIOS PORTUGUESES NO RIO DE JANEIRO

Alda Mourão
Instituto Politécnico de Leiria

RESUMO:

Estudo do processo de integração dos imigrantes portugueses na sociedade brasileira (e, em particular, na sociedade carioca) nas primeiras décadas do século XX, tomando como foco principal a atuação de um grupo específico – os empresários.

PALAVRAS-CHAVE:

Imigração portuguesa, Lusofobia, Câmara de Comércio e Indústria.

ABSTRACT:

Study of the integration process of Portuguese immigrants in the Brazilian society (and in particular in Rio's society) in the first decades of the twentieth century, with special focus on the activities of a specific group - entrepreneurs.

KEYWORDS:

Portuguese immigration, Lusophobia, Chamber of Commerce and Industry.

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe-se analisar a forma como os imigrantes portugueses atuaram para se tornarem parte integrante da sociedade brasileira, no geral, e do Rio de Janeiro, em particular, nas primeiras décadas do século XX. Para tal, foi dado o lugar central a um grupo específico, que intervinha diretamente na vida económica da então capital do Brasil: os empresários.

A investigação que tem vindo a ser realizada procurou cruzar fontes de informação provenientes do acervo de uma associação empresarial portuguesa, a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria (CPCI), de publicações de autores portugueses, com origem no Rio de Janeiro, para além de textos e de imagens oficiais, produzidos quer em Portugal, quer no Brasil, entre 1911 e 1929. Recorremos à obra “monumental” produzida para “representar na Exposição Ibero-americana de Sevilha, em 1929, a ação e a importância dos portugueses que vivem no Brasil”, como reza a

abertura do *Álbum da Colónia Portuguesa do Brasil*. Utilizamos, ainda, discursos presidenciais e publicações periódicas, produzidas dentro do período cronológico.

Procurou-se organizar conhecimento com base em elementos que jaziam separados.

1. Imigração e lusofobia

O significado numérico e qualitativo da imigração portuguesa para o Brasil tem sido objeto de estudo de autores portugueses e brasileiros, que nos dispensamos de enumerar.¹ Desde o primeiro censo realizado no Brasil, em 1872, associado aos valores oficiais publicados em Portugal, passamos a ter dados mais rigorosos, apesar da emigração clandestina não passar por estes filtros. Sabemos que o pico da emigração portuguesa para o Brasil ocorreu entre 1911 e 1914, correspondendo aos primeiros anos da I República portuguesa. Nos primeiros dez anos do novo regime, no período que medeia 1910-1919, Portugal perdeu um total de 318.481 indivíduos, que foram registados como entrados no Brasil, a que se seguiu uma década de fluxo muito significativo. A entrada nos anos 1930 iniciou um abrandamento do movimento da imigração, tal como ocorreu em todo o mundo, a partir do ano de 1929.

A cidade do Rio de Janeiro desde sempre recebera o maior contingente de imigrantes vindos de Portugal. Não nos alongaremos a descortinar o significado do título do texto de Hélio de Araújo Evangelista, *Rio de Janeiro uma cidade portuguesa concerteza*: uma proposta para manter a característica lusitana da cidade (Evangelista, 2008). Usando dados da Junta do Comércio, Wagner Chagas de Menezes, num estudo sobre o pequeno comércio no centro do Rio de Janeiro, de 1998, concluiu que os portugueses eram aí proprietários de 40 a 46% dos pequenos estabelecimentos comerciais, entre 1889 e 1903 (Menezes, 1988, p. 79-81). Depois desta data, e nas primeiras décadas de Novecentos, a situação não se alterou significativamente: uma fonte citada por Eulália Lobo aponta, no Distrito Federal do Rio de Janeiro, 85% do espaço a ser ocupado pelo comércio português, em 1923.²

¹ Ana Silvia Scott (2000) faz uma resenha dos estudos realizados sobre o tema imigração portuguesa. Refere-se a razões que justificam dificuldades de acesso a informação rigorosa, acentuando a falta de “rasto” provocada pelas redes de parentesco que se desviavam dos registos oficiais.

² António Torres, jornalista, citado por Eulália Lobo (2001, p. 35). Em 1929, a população da cidade do Rio de Janeiro estimava-se em 1,4 milhão de pessoas, e a colónia portuguesa representava 19% dos habitantes do Distrito Federal, como refere Teresa Marques, *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945: os bancos Boavista e Português do Brasil – um estudo de estratégias empresariais.*, p.102.

Os elevados números da imigração portuguesa não foram suficientes para contrariar a natural lusofobia decorrente do estatuto de antigo colonizador. A esta condição, outras características se associavam para alimentar esse malquerer.

O passado comum legara uma situação, alvo de descontentamento: no Rio de Janeiro. Os portugueses eram apontados como senhores do monopólio de algumas das áreas de comércio entre os conterrâneos, como a da venda de bens alimentares, de bebidas, de tecidos, de padarias, restaurantes, casas de crédito. Acresce, a tudo isto, o facto de, em 1912, “[os portugueses] eram os principais supridores de géneros alimentícios básicos, tais como feijão, bacalhau, azeites, vinhos, vegetais e milho, bem como de tecidos da manufatura portuguesa e matéria-prima” (Lobo, 2001, p. 33). A colónia portuguesa era vista como um grupo coeso, só consumidor dos artigos de importação portuguesa, com trabalho garantido pelos “patrícios”, que tudo amealhavam para enviar as poupanças para a terra natal, por pretender regressar a ela, quando enriquecidos. Tratava-se de uma pequena pátria dentro de uma pátria maior, que era usada para melhorar as condições de vida e depois se abandonava. Acresce que o Brasil se encontrava, então, num processo de desenvolvimento urbano, principalmente evidente nas cidades costeiras. Era o tempo das grandes obras que criavam as infraestruturas para um Brasil que queria aproximar-se do mundo civilizado, sobre a herança do atraso em que a colonização portuguesa o deixara. Também o Rio de Janeiro ansiava por uma nova lógica de urbanismo, para se tornar uma capital dos tempos modernos, através dos modelos que chegavam da Europa, cujos símbolos do progresso e da civilização eram a Inglaterra e a França.

Tudo isto contribuiu para alimentar a construção do estereótipo do português de tamancos, analfabeto e sem civilização. Referimo-nos aos “Cabras” e “Pés-de-Chumbo”.³

2. Integração na sociedade carioca

No sentido de procurar dignificar a comunidade imigrante, ao mesmo tempo que a informava e lhe alimentava a autoestima, desde finais do século XIX que se publicavam jornais e revistas, de iniciativa de jornalistas e intelectuais portugueses, também eles residentes no Rio de Janeiro. O público leitor, alfabetizado, correspondia a uma fatia da colónia que foi crescendo, transformando-se numa burguesia comercial, local, que tendia a dignificar o seu estatuto empresarial.⁴ Como forma de se integrarem na sociedade, em geral, e entre os seus pares de profissão, em particular, procuraram

³ Cf. Gladys Sabina Ribeiro (1987).

⁴ Sobre a temática de publicações portuguesas no Rio de Janeiro, ver: Carla Mary da Silva Oliveira (2003).

associações de classe do Rio de Janeiro, como a Associação Comercial, fazendo parte do seu quadro social. Já nos primeiros anos do século XX, iremos assistir à fundação de uma instituição que, sob bandeira portuguesa, se propôs agregar todos os conterrâneos que operavam na praça do Rio de Janeiro.

2.1 Criação da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria

O grupo de portugueses que está na origem deste estudo não se enquadra completamente no perfil do imigrante sobejamente referenciado. Começou por aportar ao Rio de Janeiro, desde final do século XIX, trazendo capital financeiro e cultural. Chegaram com o objetivo de investir, de abrir um negócio. Muitos deles eram oriundos de setores da burguesia comercial e financeira portuguesa, que aqui encontraram condições para investir em iniciativas empresariais.⁵ Eram senhores de espírito empreendedor, como hoje diríamos. De entre eles, surgiu, a partir de 1908, um grupo de empresários que se organizou para fundar uma associação de classe: a Câmara de Comércio e Indústria (CPCI). Esta foi criada, por decreto, em 16 de setembro de 1911, mas as condições de criação surgiram no dia 10 de agosto de 1912, numa sessão solene que marcou o início das suas atividades. Até este momento tinham organizado uma lista de 273 sócios fundadores que cobriam todas as áreas de comércio da cidade, representando desde o pequeno até ao grande comerciante.⁶ Esta diferenciação, que era também social, poderá justificar a ausência de mais de metade destes assinantes à sessão solene de instalação, que ocorreu na Associação Comercial do Rio de Janeiro,⁷ num ambiente inibidor para comerciantes mais humildes, pela carga do formalismo institucional.

A ideia de “câmara de comércio”, criada nos finais do século XIX pela legislação portuguesa, integrada no Código Civil de 1870 e regulamentada por decreto de 9 de maio de 1891, surgiu na sequência óbvia de modelos internacionais, com incubação no interior das associações comerciais de maior dimensão, como a de Lisboa ou a do Porto. Do outro lado do Atlântico, os empresários de origem portuguesa organizaram-se, no sentido de criarem uma estrutura semelhante, num movimento que

⁵ Sobre a participação de setores da burguesia portuguesa, Eulália Lobo (2001) utiliza a biografia de António Dias Leite.

⁶ A lista referida é um documento manuscrito, que tem como título “Nomes e moradas dos sócios da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria”. Aí foram organizados alfabeticamente (Arquivo particular da CPCI).

⁷ Com o título “Lista de presenças sessão de instalação”, foi passada folha de assinatura de presença, onde constam 115 nomes (Arquivo particular da CPCI).

se iniciou no Rio de Janeiro. O significado do momento da sua criação ganha maior relevo porque antecipou as suas congéneres estrangeiras, na praça do Rio de Janeiro.

Todo o esforço desenvolvido para a criação da Câmara congregou uma elite de portugueses que tinham deixado o país na fase final da monarquia, muitos dos quais, seus opositores. Encontraram a concretização do ideal republicano no outro lado do Atlântico, no Brasil. Quando a República foi proclamada em Portugal, em 5 de outubro de 1910, o grupo conseguiu os apoios necessários para que uma associação empresarial representante dos interesses de comerciantes e industriais imigrantes, no Rio de Janeiro, se tornasse realidade.

Desde o primeiro momento da sua existência, a grande intervenção do governo de Lisboa na vida da nova associação foi inquestionável, logo evidenciada pelo apoio recebido da jovem República portuguesa, que enviou Bernardino Machado ao Rio de Janeiro, para acompanhar o lançamento da CPCI. Foi ele o dinamizador da primeira sessão do Conselho Diretor, que teve lugar no dia 26 de outubro de 1912.⁸

Os objetivos que pautavam a vida da Câmara passavam por “defender e promover as relações comerciais e industriais entre Portugal e o Brasil; representar e defender os interesses das classes que a compõem”. Era definido que a associação estava “em relações com o Governo Português, diretamente com todos os ministérios e, indiretamente, por meio das autoridades diplomáticas e consulares”. Isto é, a relação com o poder central e com os seus representantes em solo brasileiro era muito clara.

Para além de uma associação económica, a CPCI combinou a prática filantrópica e social, juntando-se aos esforços desenvolvidos por outras instituições lusas, criadas com a finalidade de apoiar os portugueses menos beneficiados pelo sonho dourado representado pelo Brasil. Tinha como finalidade zelar pelos interesses dos associados e das relações económicas dos dois países, mas também era procurada pelos associados por representar o prolongamento do território natal.

A CPCI assumiu, do lado de cá do Atlântico, o papel de representante oficial do país, figurando sempre, através dos seus dirigentes, ao lado da representação diplomática do governo português, por exemplo, aquando da chegada de uma qualquer personalidade de vulto ao Rio de Janeiro: cônsules, embaixadores, ministros, chefes de Estado, académicos.

⁸ Sobre esta presença, o Relatório acrescenta: “Sua Excelência não se limitou apenas a instalar a nossa Câmara. Amparou-a por assim dizer nos seus primeiros passos vacilantes. Espontaneamente se instituiu seu mentor, guiando-a nos menores actos. Deu-lhe vitalidade e elevou-a no conceito das sociedades congéneres da metrópole” (*Relatório do Conselho Director apresentado à Assembleia-geral em sessão de 27 de Janeiro de 1916. Gerência de 10 de Agosto de 1912 a 31 de Dezembro de 1915*, p.15).

A ligação ao poder, quer de Portugal, quer do Brasil, esteve sempre presente ao longo da vida da CPCI.

O ambiente ideológico ficou claramente expresso nos primeiros anos de vida da Câmara. No seu interior foram sentidas as perturbações políticas e sociais vividas em Portugal, mas também no Brasil. Os períodos de crise, como a entrada de Portugal na I Guerra Mundial, o embargo aos produtos alemães, os conflitos operários vividos no Rio de Janeiro após este conflito, o ambiente que envolveu o centenário da independência do Brasil, tal como os movimentos que conduziram ao final da I República, em Portugal, e ao da República Velha, no Brasil, refletiram-se nas relações estabelecidas entre dirigentes e associados.

Na realidade, a CPCI era uma estrutura politicamente comprometida com Portugal, dependente das relações com Lisboa, mas também sensível às alterações que se registavam no Brasil. Integrava forças vivas da vida económica que representavam interesses em conflito no mundo do trabalho.⁹ Afinal, como lembra Gladys Ribeiro, “os imigrantes lusos eram maioria entre os empregados do comércio, assim como entre os empregadores”.¹⁰

A forma como a associação pugnou pelo bom nome da colónia está bem patente na participação em eventos de carácter nacional, quer em Portugal, quer no Brasil. Até final da década de 1920, podemos afirmar que a CPCI respondeu sempre à chamada, quando se tratava de dignificar o país. Assim aconteceu nas diferentes exposições de produtos portugueses, na receção às grandes personalidades que atravessavam o Atlântico, como Bernardino Machado ou, mais tarde, o presidente da República, António José de Almeida, ou os aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho. Promoveu, entre os seus associados, a participação e a divulgação de publicações, como periódicos ou, em 1929, *O Álbum* que representava a colónia portuguesa no Brasil, na grande exposição de Sevilha. De entre as 944 firmas do Rio de Janeiro que se fizeram representar nesta obra, de carácter nacional e patriótico, 213 eram, simultaneamente, membros da CPCI, representando cerca de 22,6% daquele total. O número atingido, por certo, estava aquém do desejável, mas o contexto económico que antecedia a crise de 1929 pode ajudar a explicar a dificuldade em custear a iniciativa.

2.2 Atividades económicas da comunidade lusa

Não constituiu surpresa verificar que o setor comercial dominava o quadro social da associação, atingindo o valor de 73,9%, relativamente ao total dos sócios, desde a sua

⁹Sobre a intervenção de imigrantes portugueses no movimento operário, após novembro de 1918, ver estudo de Francisco Carlos Martinho (2011).

¹⁰Para 1829, Gladys Sabina Ribeiro (2002) adianta o valor de 71,4% dos empregadores dos imigrantes portugueses serem seus parentes.

origem até ao final do ano de 1929. Este mesmo domínio esteve presente no *Álbum da Colónia Portuguesa*, em que, de entre as 944 firmas participantes, 621 (65,8%) se dedicavam ao comércio. Sobre a Indústria, diremos que os 108 sócios da CPCI eram portadores de uma tradição, lembrada por Eulália Lobo (2001, p.31-34). A autora identifica a produção de bens alimentares e de tecidos, como mantendo-se maioritariamente em mãos lusas, ainda no período em estudo. Não procuraram a Câmara Portuguesa na dimensão esperada, não tendo ultrapassado os 11,4% de presença, no conjunto dos associados, no tempo considerado. No que respeita às firmas presentes no *Álbum da Colónia Portuguesa*, mantinha-se esta mesma posição, atingindo as indústrias 10,5% do total de anunciantes. Poder-se-á concluir que os imigrantes empresários portugueses mantinham, no final da década de 1920, uma forte presença no comércio da cidade do Rio de Janeiro, que dominava claramente os investimentos realizados pela comunidade.

O comércio, na então capital do Estado brasileiro, ocupava uma diversificada gama de estabelecimentos, desde os mais especializados, em livros, joias, perfumes, tabaco, tapetes, louças, artigos em couro, chapéus, calçado, camisas, até, exatamente, aos que apresentavam múltipla oferta. Continuava a verificar-se, ainda, o convívio entre estas formas de comércio inovadoras com outras mais tradicionais e arcaicas: num mesmo espaço conviviam os mais distintos produtos, sob a máxima negocial da oferta ser tão diversa quanto a procura. Destacamos, entre muitos exemplos possíveis, J. Bento Pinto, que, em 1917, associava vidros, papéis pintados e uma componente de sapataria, na avenida do Uruguai, em Niterói; ou Raul Campos & Cia. que, no centro do Rio de Janeiro, na rua dos Ourives, oferecia móveis de vime, tapeçarias, calçados e artigos de aperto, dez anos depois, em 1927. Entre as firmas comerciais que marcaram presença na realização do *Álbum da Colónia*, pontuaram as que se abriam à venda de fazendas, muitas vezes associadas a armarinho, chapéus e roupa confeccionada. No setor da alimentação, os portugueses dominavam a oferta de produtos de padaria, abrindo-se a uma procura mais sofisticada de artigos de confeitaria. Bares e estabelecimentos de venda de “secos e molhados” constituíam uma outra área fortemente dominada pelos portugueses. O refinamento do cliente citadino encontrava resposta nas sapatarias, camisarias, drogeries, papelarias, joalharias, lojas de ferragens. Estava-se, claramente, num mercado de características urbanas, que tendia para a especialização da oferta. Afinal, os cerca de 2 mil empreendimentos de origem portuguesa que se distribuíram entre a CPCI e os anunciados no *Álbum da Colónia* confirmam o domínio em algumas áreas de negócio, que se consolidaram entre os anos de 1916 e 1929.

Anunciava-se, também, o desenvolvimento de novas iniciativas empresariais, fortemente influenciadas pelas atividades de comissões e consignações, tirando partido

das relações bilaterais, submetidas a um quadro jurídico que facilitava as trocas comerciais entre os dois países. Beneficiando da facilidade de intervir no mercado exportador português, o negócio desenvolvido através de agências de representações e consignações, ou mais claramente de importação/exportação, foi muito representativo, na composição da CPCI: apresentaram-se 120 “agentes”, entre 1916 e 1930, correspondendo a 12,7% do corpo social. Ocupavam, quase sempre, o 1º andar dos prédios que, no rés-do-chão, albergavam outro estabelecimento.

Do outro lado do Atlântico, em Portugal, a partir de 1920, e num movimento de adesão que vai ser cada vez mais significativo depois de 1930, deparamos com o interesse, ainda incipiente, de grandes firmas portuguesas desenvolverem relações comerciais com o Brasil, na área da exportação, através da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, do Rio de Janeiro. A figura do *Sócio Correspondente*, prevista desde os primeiros Estatutos, passou a ser acionada, desde então. Para uma sociedade urbana, em expansão económica, tornava-se interessante a presença de ourives portugueses, com capacidade para colocarem os seus produtos além-mar. Tratou-se das firmas de Reis Filho, Lda. e de Celestino da Mota Mesquita, de Celorico de Basto, que entram como sócios correspondentes pela mão de um mesmo proponente, já instalado no comércio carioca. O mesmo se regista para facilitar a circulação de conservas, fabricadas em Matosinhos, quando a firma Lopes Coelho Dias & Cª se associa, também, como *Sócio Correspondente*, em 1921. O setor dos vinhos usou da mesma figura, um pouco mais tarde. A Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal entrou na associação já em 1930, iniciando um caminho que outras empresas vinícolas também passarão a percorrer.

No período em apreço, as empresas demonstravam não terem ainda criado uma situação mais estável e próxima no mercado brasileiro, através do estatuto de *Sócio Correspondente* da CPCI. A estratégia que tinha sido desenvolvida, perante a procura dos produtos portugueses, passara pelos “agentes” locais, que promoviam a ponte entre os mercados dos dois lados do Atlântico. Ao associarem-se à CPCI, aproveitaram a sua função de promotora das boas relações económicas entre os dois países.

Neste conjunto de associados, a profissão de “comerciante”, que identificou um número tão considerável de sócios, cobria, diferentes patamares de intervenção e de posicionamento no mercado. Isto é, a mesma designação era aplicada a realidades empresariais completamente distintas. Aqui residiu o motivo que conduziu a momentos de tensão, nomeadamente os registados em 1920, quando a direção da CPCI lançou uma campanha para a construção de sede própria, que deveria contar com contributos dos sócios. Tal não se verificou pela discordância de uma grande parte dos associados, que

reagiu negativamente, alegando falta de capacidade económica para adquirir ou manter um espaço comercial adequado para o exercício das suas próprias atividades.

2.3 Algumas características do comércio luso

A quase totalidade dos estabelecimentos comerciais geridos por portugueses operava no Centro da cidade. Mantinha-se o princípio da organização do comércio em torno de estabelecimentos instalados em locais de acesso fácil para as populações, pela tradição, pelas características da malha urbana (plana, densamente ocupada e a irradiar para todas as zonas da cidade). As redes de relacionamento criadas entre os imigrantes empresários, por certo, funcionavam para auxiliar a procura de espaços comerciais, promovendo a vizinhança entre os patrícios.

As ruas da Carioca, Uruguaiana, Quitanda, Acre, Alfândega, Ourives, Ouvidor, 1º de Março, constituíam, tal como ainda hoje, um grande centro comercial a céu aberto. A escolha de outras zonas da cidade, para iniciarem a descentralização, criando outros centros comerciais, foi um movimento que, apesar de pequena dimensão, se apresentou logo no primeiro dos anos de vida da Câmara. Tal movimento para as periferias não significou uma procura de espaço para uma atividade mais especializada ou para uma diferente forma de intervir no mercado, como começámos por supor. Todas as iniciativas empresariais, propostas pelos portugueses que se tornavam sócios da CPCI, apresentavam características similares, em qualquer dos lugares onde surgiam instaladas. No final dos anos 20, através do *Álbum da Colónia* e da CPCI, verificámos que os comerciantes portugueses continuavam a ocupar principalmente os estabelecimentos do Centro da cidade, a zona nobre e de excelência para a atividade. Também as agências de importação/exportação preferiram o Centro do Rio de Janeiro, até para possibilitar o relacionamento com os restantes comerciantes. Era ali o coração da vida económica da cidade.

O *Álbum da Colónia* apresentou informação relativa ao modelo empresarial das firmas em presença, nomeadamente no que respeita ao capital e ao quadro social. As empresas portuguesas do Rio de Janeiro, para além de terem sido fundadas com o escalão mais baixo de capital em 50,1% das ocorrências (situado em valores entre 100 e 200 mil contos), apresentavam composição societária diversificada, desde um único proprietário até sociedades que iam aos 11 elementos. Ficou demonstrado que o modelo preferencial tinha como matriz a pequena sociedade, cuja dimensão se situava preferencialmente entre 2 e 3 sócios, com um número de casos que representavam 44,6% e 34,4%, respetivamente, qualquer que fosse o setor económico considerado. Não se verificou uma relação imediata entre o capital social investido e o número de sócios que constituíam o empreendimento. Na verdade, os escalões mais elevados de

capital, situados entre 2 mil e 5 mil contos, distribuíram-se pelo leque que ia dos 2 aos 11 sócios.

A informação decorrente das firmas que colaboraram com o *Álbum da Colónia*, em 1929, veio reforçar o que já era apontado em informação proveniente das fichas de adesão dos associados da CPCI, quando prestavam informação sobre a organização da sua empresa. Era notória a diversidade das firmas detidas por portugueses na praça do Rio de Janeiro, quanto à dimensão do quadro social e ao capital investido. No que a este respeita, poderemos concluir que acompanhava a matriz da baixa dimensão económica do empreendimento.

3. Dignificar a colónia portuguesa

Ao longo dos primeiros anos de vida da CPCI, foi notória a intenção, por parte dos seus dirigentes, de mostrar a imagem de um novo país e de um novo regime à sociedade carioca. Com alguns anos de atraso, Portugal passara também a República. Entre os seus associados contavam-se as principais firmas e os empresários mais ilustres de toda a comunidade imigrante.¹¹ Os 1.058 associados registados até 1930, para além da diversidade de estatuto, representavam um valor muito baixo no conjunto da colónia portuguesa, como podemos imediatamente constatar quando mobilizamos números do mesmo setor económico, que nos são facultados pelos participantes no *Álbum da Colónia* (dos 944 anunciantes, 213 são sócios da CPCI, equivalendo a 22,6%). O prestígio alcançado por muitos dos imigrantes-empresários portugueses, bem como por muitas das instituições lusas criadas na cidade, apontavam para uma boa integração de toda a comunidade. Assim não aconteceu, fruto de uma política de emigração pouco zelosa, do lado português, e de alguma saturação do próprio mercado de trabalho, do lado brasileiro, entre outros fatores. Daí a permanente necessidade da procura de dignificação do país, protagonizada não só pelos representantes diplomáticos, mas também pelas forças vivas da colónia.

Assim começou por acontecer, com a presença prolongada de Bernardino Machado, em 1912, colaborando no lançamento das bases da CPCI, como ministro plenipotenciário. Dez anos volvidos, o então presidente da República, António José de Almeida, participou nas cerimónias do primeiro centenário da Independência do Brasil.¹² Isto é, ao mais alto nível, a República portuguesa apresentou-se ao povo

¹¹Do seu seio surgiu, em 1918, uma instituição bancária *de e para* portugueses, o Banco Português do Brasil. Sobre esta instituição, ver Teresa Cristina de Novaes Marques (1998).

¹²Esta viagem foi objeto de um estudo de António Pedro Vicente, de 2001, a que se seguiram outros trabalhos desenvolvidos no âmbito de mestrados, referidos por Luís Reis Torgal (2011). Da agenda do Presidente da República constou uma sessão no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, onde foi recebido pela colónia portuguesa, tendo sido nomeado presidente honorário.

brasileiro. Tal como em 1910, no preciso momento da revolução de outubro, Lisboa recebera o presidente eleito, marechal Hermes da Fonseca e, em 1919, Epitácio Pessoa. Esses momentos foram aproveitados para simbolicamente lembrar a vivência comum dos dois países, que voltavam a encontrar-se ancorados num regime a que não podia ser imputada a colonização de um sobre o outro, mas que se ligavam, nas palavras de Luís Reis Torgal, numa “federação sentimental”.¹³ Mais do que isso, se lembrarmos o discurso proferido por António José de Almeida, na sessão extraordinária do Congresso, em honra de Epitácio Pessoa, em 1919, ao atribuir ao Brasil o papel de inspirador de Portugal: à revolução republicana brasileira, em 1889, os portugueses tinham reagido com a primeira tentativa de derrubar a monarquia, em 1891. Aspiração que só viria a concretizar-se cerca de vinte anos mais tarde, em 1910. António José de Almeida quase previa a evolução que as duas primeiras experiências republicanas viriam a sofrer, nos finais da década de 1920, ao caminharem ambas para o seu final.

O ano de 1922, para além da participação da colónia portuguesa nas festividades comemorativas da independência do Brasil, foi vivido com grande instabilidade política, quer no Brasil, quer em Portugal.¹⁴ Nesse ano, os dois países foram ligados através da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, de Lisboa ao Rio de Janeiro. A receção aos aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho¹⁵ congregou todas as forças vivas da cidade, com destaque para a representação do governo de Lisboa, a que se associou a direção da CPCI. De forma bem mais discreta, dera-se, também nesse ano de 1922, a fundação da Companhia Colonial de Navegação. Parecia ter chegado a final feliz a velha aspiração de todos os imigrantes portugueses, no geral, e, em particular, da CPCI que, desde o seu nascimento, pugnara por uma carreira que facilitasse o transporte de pessoas e de bens entre os dois países. Infelizmente, o tempo da carreira dos navios portugueses para o Brasil ainda não chegara.

O envolvimento da comunidade portuguesa nas comemorações do centenário da independência do Brasil passou pela presença na exposição realizada, no Rio Janeiro, considerada por alguns historiadores como “o maior evento republicano do início do século XX”.¹⁶ Portugal teve Pavilhão de Honra, da autoria do arquiteto Cotinelli Telmo,

¹³ Torgal (2011).

¹⁴ Lembramos o abalo sofrido no prestígio do governo de Epitácio Pessoa, ocorrido em julho de 1922, aquando do levante do exército contra o governo, que resultou na Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana; bem como toda a violência política ocorrida em Lisboa, em outubro de 1921, quando foram assassinados o então chefe do governo, António Granjo, assim como Machado dos Santos e Carlos da Maia.

¹⁵ A viagem tinha-se iniciado no dia 30 de março e concluiu-se em 19 de abril, a bordo do avião Lusitânia.

¹⁶ Cf. Thais Rezende de Sant’Ana (2008).

sendo o único país instalado dentro da área da Nação brasileira. A obra esteve ao nível do brilho das festividades.

Também as publicações portuguesas editadas no Brasil constituíram uma outra via de dar coesão e identidade à colónia, preservar a memória cultural, bem como divulgar as realizações feitas no Rio de Janeiro e as vidas de sucesso. Jornais e revistas dirigiam-se ao público leitor, de origem portuguesa, que se revia nas notícias e nas fotografias publicadas. Destacamos a ação de Teófilo Carinhas, jornalista português responsável por algumas das publicações mais importantes do período aqui estudado, como a revista *Portugal Ilustrado* e o *Jornal Português*; foi ainda o responsável pelo *Álbum da Colónia Portuguesa*, referido ao longo do texto, para além da revista *Lusitania*, publicada entre 1929 e 1934.¹⁷

Em Portugal, a importância do mercado brasileiro conduziu à publicação da *Revista Comercial Portuguesa*, cujo primeiro número deu à estampa em janeiro de 1928. De iniciativa particular, apresentava-se como o “Órgão oficial dos exportadores portugueses para o Brasil”, pretendia ter periodicidade semestral, o que só veio a acontecer com o seu número 2, pois os seguintes não cumpriram esta intenção. Propunha-se “fazer propaganda comercial e económica do país”. Do outro lado do Atlântico, os empresários reforçavam o seu posicionamento no mercado brasileiro, estabelecendo as pontes para mais facilmente colocar e receber produtos com origem em ambos os países. O formato da nova revista obedecia ao plano editorial das suas congéneres publicadas por portugueses no Brasil, nomeadamente o *Boletim da CPCI do Rio de Janeiro*. O momento não foi o mais favorável, traduzindo-se na interrupção da *Revista Comercial Portuguesa* por dois anos. A esse facto não deverá ser estranho o momento que se vivia: Portugal encontrava-se numa fase de transição política para o Estado Novo e as diretrizes sobre as relações económicas com o Brasil não eram claras.

Em conclusão...

A partilha do passado comum, do regime político, da língua e da religião não foram suficientes para permitir a integração da numerosa comunidade imigrante portuguesa no Rio de Janeiro, durante as primeiras décadas do século XX. O que promoveu a necessidade de dignificar a sua imagem, face à sociedade de acolhimento.

¹⁷Ver Carla Oliveira (2003). Sobre a ação de Teófilo Carinhas para o *Álbum da Colónia Portuguesa*, o Editorial da revista *Portugal Ilustrado*, de setembro de 1928, escrevia: “Criando a ‘Portugal Ilustrado’, ligando-se ao ‘Jornal Português’, que sob a direção competente, firme e abnegada de Eugénio Martins, há dez anos honra o nosso jornalismo na América do Sul e dando vida ao ‘Almanaque Português’, com um simples e mais que admirável ‘faça-se’, da sua inteligência e da sua vontade, Teófilo Carinhas presta, não só à colónia portuguesa, mas a Portugal, um altíssimo serviço que não deve ficar no esquecimento.”

A tarefa de dar visibilidade e notoriedade ao contributo da colónia portuguesa no desenvolvimento do Rio de Janeiro e do Brasil, em geral, nos inícios do século XX, foi tarefa desenvolvida em conjunto por diferentes instâncias, em que incluímos os empresários lusos, a CPCI, as associações, a imprensa imigrantista, os responsáveis políticos de Portugal e mesmo do Brasil. Os discursos inflamados dos dirigentes sobre a relação entre irmãos ou entre mãe/filho de ambos os países, pareceu apontar para a minorar a responsabilidade do regime republicano sobre o passado colonizador¹⁸. Argumento, sem dúvida, apaziguador da relação entre os povos. Por outro lado, ao conquistar a independência, Portugal, como país colonizador, entregara ao Brasil o “território intacto”, como lembrou António José de Almeida no discurso proferido no Palácio do Catete, em setembro de 1922.¹⁹

Ao concluir, interessa identificar um conjunto de informações que nos foi possível mobilizar e que fomos reconhecendo, ao longo do texto. Alguma da informação contida no *Álbum da Colónia Portuguesa no Brasil* complementou a que o acervo da CPCI revelara. Nomeadamente, a que sugere a capacidade mobilizadora dos empresários, no final da década de 1920, no sentido de patrocinarem uma obra de divulgação da realidade vivida pelos imigrantes portugueses nas duas principais cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo, os seus principais pólos de acolhimento. O “retrato”, apresentado no *Álbum da Colónia* foi muito favorável à colónia, sem que fosse olvidada a carência de parte desta população, beneficiária dum conjunto de instituições de solidariedade, criadas por portugueses para prestar auxílio aos patrícios mais desfavorecidos. O *glamour* de um novo estilo de vida foi o ângulo mais repetido, porque a obra era dirigida não somente aos visitantes do Pavilhão de Portugal, na Exposição de Sevilha, mas também à sociedade brasileira e à própria colónia, que deveria rever-se no *status* e na grandeza da ação portuguesa na economia do Brasil. O *Álbum da Colónia* mostrava, principalmente, o lado do sucesso da imigração. Permitiu-nos, também, chegar a informação muito importante, no que respeita à caracterização das empresas de origem portuguesa: foi publicada informação sobre a dimensão das sociedades e, principalmente, sobre o capital social que apresentavam. Cruzando esta informação com a que foi gerada pela CPCI, ficaram evidentes os lugares de destaque e de liderança assumidos por algumas firmas, traduzidos em notícias individualizadas, fotografias e publicidade. Este mesmo protagonismo era assumido na vida da associação, passando frequentemente pela presença na direção da mesma.

¹⁸Lembramos os discursos dos presidentes da República Epitácio Pessoa e António José de Almeida, aquando das comemorações do centenário da independência do Brasil.

¹⁹Cf. Luís Reis Torgal (2011).

A atuação concertada para ocupar cargos de liderança em diferentes instituições portuguesas (filantrópicas, académicas, educativas, económicas, artísticas, políticas), por parte de uma elite local, em que destacamos os empresários, revelou novos desafios, que passam por conhecer mais aprofundadamente formas de integração na sociedade carioca, bem como o papel desempenhado pelas muitas associações fundadas por imigrantes lusos. Como alguns historiadores já evidenciaram, o estudo das instituições fundadas por portugueses permitem conhecer novos contornos da imigração no Brasil. Deverá ser também aprofundada a análise das suas relações com o poder, ou melhor, com os poderes. Neste sentido, pela investigação já iniciada, destacamos a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, nomeadamente para conhecer os compromissos políticos que teve de assumir para ocupar o lugar de liderança na condução dos interesses económicos da colónia portuguesa, e dos associados, em particular, ao longo da sua vida centenária.

Finalmente, não podemos deixar de registar a constatação da influência ideológica dos acontecimentos que ocorriam em Portugal nas primeiras décadas de Novecentos na comunidade imigrante, em tempos diferentes. Assim aconteceu com a cisão provocada pelo posicionamento de Portugal face à entrada na I Guerra Mundial, cujos efeitos foram evidentes, ao nível das direções da CPCI, em 1918; por sua vez, a queda da I República, em 1926, que se manifestou após 1929, com a alteração do seu discurso oficial. Para tanto, uma linha de investigação deverá seguir a forma como a evolução dos poderes, quer portugueses quer brasileiros, interferiram na vida das instituições e na comunidade imigrante.

REFERÊNCIAS:

Álbum da Colónia Portuguesa do Brasil, Teófilo Carinhas (org.). Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do "Número", 1929.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros. Emigração e retorno no porto oitocentista*. Tese de Doutoramento em Letras, Porto: Universidade do Porto, 1993.

ARROTEIA, J.C. *Atlas da emigração portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, 1985.

COSTA, A.G. Uma "Fundação Portugal" no Brasil. *Lusitano/jornal dos portugueses residentes no estrangeiro*, Lisboa, 11 de novembro, 2000.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigração e educação: os portugueses em São Paulo no início do século XX. *Cadernos CERU*, v. 2, n.12, p.161-169, 2002.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. *Rio de Janeiro uma cidade portuguesa concerteza: uma proposta para manter a característica lusitana da cidade*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto. A imigração portuguesa e as associações como forma de manutenção da identidade lusitana – sul do Brasil, *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, v. 94, n27, 1 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-27.htm>

LEITE, J. Costa. O Brasil e a emigração portuguesa, 1855-1914. In: FAUSTO, B. (Ed.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 8, (supl.) 1974.

LOBO, Eulália. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA I. D. N.d. (Ed.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *O setor bancário privado carioca entre 1918 e 1945: os bancos Boavista e Portugueses do Brasil – um estudo de estratégias empresariais*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

MARTINHO, Francisco Carlos. Imigração portuguesa e movimento operário no Rio de Janeiro. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro. *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, ebook. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos. Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho - São Paulo 1890-1930. *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*. Lisboa: Fragmentos, 1993.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório de gênero, *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 69-88, 2ºsem. 2008.

MENEZES, Lená Medeiros. Bastidores: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, v.10, n.2, p.3-16, 1997.

MENEZES, Wagner Chagas de. *Costurando os retalhos: configuração e cotidiano do pequeno comércio de espaço central da cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutoramento). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.

MOURÃO, Alda. A criação da imagem empresarial através da publicidade. *Actas do Colóquio Outros combatem pela história*. Coimbra: Ceis 20; Universidade Coimbra, 2010, p.311-325.

_____; GOMES, Ângela de Castro. *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, ebook. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

NETO, F. *A migração portuguesa vivida e representada: contribuição para o estudo dos projectos migratórios*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Série Migrações, 1986.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. *Saudades d'além mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitania (1929-1934)*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2003.

PAULO, Heloísa. Entre republicanos e conservadores: a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, *Estudos do Século XX*, Empresas e Empresários, Coimbra, n.4, p.369-390, 2004.

PEREIRA, M. H. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *"Cabras" e "Pés-de-Chumbo": os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987.

_____. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado: Rio de Janeiro: Relume –Dumará/Faperj, 2002.

RODRIGUES, O. A. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, 1996.

ROWLAND, Robert. Velhos e novos Brasis. In: *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

SANT'ANA, Thais Rezende de. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro, nos inícios dos anos 20*. Campinas: Unicamp, Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). Paper apresentado ao *Congreso de Historia Económica de Zaragoza*, 2001. Disponível em: <http://www.unizar.es/eueez/cahe/volpiscott.pdf>

SILVA, Fernando Teixeira. Imigração portuguesa e movimento operário no Brasil. Fontes e arquivos de Lisboa. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, v.10, n. 2, p. 97-108, 1997.

SILVA, M^a Beatriz Nizza. *Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1992.

TORGAL, Luís Reis. Duas “Repúblicas” portuguesas no Brasil, em 1922: António José de Almeida e António Ferro; In: MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro: *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, ebook. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

MINICURRÍCULO:

Alda Mourão é professora coordenadora do Instituto Politécnico de Leiria e investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Autora, em parceria com Ângela de Castro Gomes, de *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal* (Rio de Janeiro: FGV, 2011).